ESTADO de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Sao Bernardino

AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS

3º Quadrimestre/2018

exigência legal

Lei Complementar n°101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

* Execução Orçamentaria
* Metas Arrecadação
* Cronograma de Desembolso
* Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
* Aplicação de Recursos em Educação (25%)
* Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
* Despesas com Pessoal
* Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2014 | 13.709.935,11 |
| 2015 | 13.021.520,15 |
| 2016 | 14.188.042,54 |
| 2017 | 13.216.527,80 |

|  |
| --- |
| Receita Arrecadada até 3º Quadrimestre/2018 |
| Receita Orçamentária | 15.512.705,74 |
| Média Mensal | 1.292.725,48 |

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Orçamentaria |



despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2014 | 15.411.636,88 | 12.572.435,51 |
| 2015 | 11.917.842,24 | 11.652.699,30 |
| 2016 | 13.000.878,22 | 12.636.995,13 |
| 2017 | 12.247.578,98 | 12.188.978,15 |

|  |
| --- |
| Despesa até 3º Quadrimestre/2018 |
| Despesa Orçamentária | 14.714.544,64 | 14.396.937,06 |
| Média Mensal | 1.226.212,05 | 1.155.788,79 |

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada |



receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2014 | 11.432.735,24 |
| 2015 | 11.396.682,81 |
| 2016 | 12.960.935,71 |
| 2017 | 13.364.369,54 |

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida Arrecadada até 3º Quadrimestre/2018 |
| Receita Corrente Líquida | 14.116.036,87 |
| Média Mensal | 1.176.336,41 |

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) |



execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Receitas Arrecadadas**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **14.116.036,87**  |
| Receita Tributária | 499.361,96 |
| Receita de Contribuições | 38.964,93 |
| Receita Patrimonial | 60.880,39 |
| Receita Agropecuária | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 239.725,42 |
| Transferências Correntes | 15.157.981,36 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -2.233.123,57 |
| Outras Receitas Correntes | 352.246,38 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **1.396.668,87**  |
| Operações de Crédito | 0,00 |
| Alienação de Bens | 33.701,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 1.362.967,87 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **15.512.705,74**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Despesas Liquidadas Por Função de Governo**  |
| 01 - Legislativa | 606.071,14 |
| 04 - Administração | 1.708.203,45 |
| 06 - Segurança Pública | 76.178,69 |
| 08 - Assistência Social | 835.520,05 |
| 10 - Saúde | 3.646.159,63 |
| 12 - Educação | 3.151.766,65 |
| 13 - Cultura | 175.592,23 |
| 14 - Direitos da Cidadania | 40.638,35 |
| 15 - Urbanismo | 210.603,00 |
| 16 - Habitação | 12.038,10 |
| 17 - Saneamento | 0,00 |
| 20 - Agricultura | 2.220.364,11 |
| 22 - Indústria | 0,00 |
| 24 - Comunicações | 893,35 |
| 25 - Energia | 72.419,17 |
| 26 - Transporte | 1.258.392,28 |
| 27 - Desporto e Lazer | 246.787,23 |
| 28 - Encargos Especiais | 135.309,63 |
| 99 - Reserva de Contingência | 0,00 |
| **Total (IV)**  | **14.396.937,06**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| Execução Orçamentária e Financeira  |
| Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V) | 1.213.042,11  |
| Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV) | **1.115.768,68**  |
| Restos a Pagar Não Processados (VIII) | **317.607,58**  |
| **Superávit (VII) = (V + VI - VIII)**  | **2.011.203,21**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
|  |



metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Receitas Orçamentárias**  | **Previsão**  | **Arrecadação**  | **Diferença**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **15.362.250,08**  | **13.876.311,45**  | **-1.485.938,63**  |
| Receita Tributária | 438.250,00 | 499.361,96 | 61.111,96 |
| Receita de Contribuições | 36.000,00 | 38.964,93 | 2.964,93 |
| Receita Patrimonial | 49.000,00 | 60.880,39 | 11.880,39 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 105.000,00 | 0,00 | -105.000,00 |
| Transferências Correntes | 13.128.000,00 | 15.157.981,36 | 2.029.981,36 |
| (-) Deduções das Trasnrências Correntes | 1.606.000,08 | -2.233.123,57 | -3.839.123,65 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 352.246,38 | 352.246,38 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **0,00**  | **1.396.668,87**  | **1.396.668,87**  |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 33.701,00 | 33.701,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 0,00 | 1.362.967,87 | 1.362.967,87 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **15.362.250,08**  | **15.272.980,32**  | **-89.269,76**  |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Despesas Orçamentárias**  | **Fixadas**  | **Realizadas**  | **Diferença**  |
| **Despesas Correntes (I)**  | **13.178.150,00**  | **12.488.302,12**  | **689.847,88**  |
| Pessoal e Encargos Sociais | 6.985.395,50 | 6.706.719,84 | 278.675,66 |
| Juros e Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 6.192.754,50 | 5.781.582,28 | 411.172,22 |
| **Despesas de Capital (II)**  | **508.100,00**  | **1.908.634,94**  | **-1.400.534,94**  |
| Investimentos | 508.100,00 | 1.908.634,94 | -1.400.534,94 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Reserva de contingência (III)**  | **70.000,00**  | **0,00**  | **70.000,00**  |
| Reserva de contingência | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| **Total (IV) = (I+II+III)**  | **13.756.250,00**  | **14.396.937,06**  | **-640.687,06**  |

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **11.628.033,56**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **3.646.159,63**  |
| **Deduções (III)**  | **1.468.993,08**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)**  | **2.177.166,55**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **1.744.205,12**  |
| **Aplicado à maior**  | **432.961,42**  |
| **Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100**  | **18,72**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **12.227.064,33**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **2.967.268,95**  |
| **Deduções (III)**  | **557.345,49**  |
| **Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)**  | **-868.943,65**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)**  | **3.278.867,11**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **3.056.766,00**  |
| **Aplicado à Maior**  | **222.101,11**  |
| **Percentual aplicado = (V) / (I) x 100**  | **26,82**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita do FUNDEB (I)**  | **1.365.505,86**  |
| **Despesas (II)**  | **835.041,63**  |
| **Mínimo a ser Aplicado**  | **819.303,50**  |
| **Aplicado à Maior**  | **15.738,13**  |
| **Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100**  | **61,15**  |

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **14.116.036,87**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **6.214.888,97**  |
| **Limite Prudencial - 51,30%**  | **7.241.526,91**  |
| **Limite Máximo - 54,00%**  | **7.622.659,91**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **44,03**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **14.116.036,87**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **445.626,63**  |
| **Limite Prudencial - 5,70%**  | **804.614,10**  |
| **Limite Máximo - 6,00%**  | **846.962,21**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **3,16**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **14.116.036,87**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **6.660.515,60**  |
| **Limite Prudencial - 57,00%**  | **8.046.141,02**  |
| **Limite Máximo - 60,00%**  | **8.469.622,12**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **47,18**  |

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE
INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar n° 101/2000, Art. 9°, § 4°

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 1001 - Instalação de Sistema de Abastecimento de Água |
|  | 110.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 1002 - Construção de Pontes |
|  | 20.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 13.844,20 | 6.155,80 |
| 1003 - Pavimentação de Ruas |
|  | 13.000,00 | 170.055,91 | 5.100,00 | 7.271,79 | 170.684,12 |
| 1004 - Apoio a Construção de Unid. Habitacionais - Urbano |
|  | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.038,10 | 2.961,90 |
| 1005 - Apoio a Construção de Unid. Habitacionais - Rural |
|  | 15.000,00 | 2.510,00 | 0,00 | 15.954,35 | 1.555,65 |
| 1006 - Ampliação de Área Industrial |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1007 - Ampliação da Rede Física do Ensino |
|  | 50.000,00 | 0,00 | 28.035,00 | 19.470,65 | 2.494,35 |
| 1008 - Construçao de Abatedouro Municipal |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1009 - Construção de Cemitério Municipal |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito |
|  | 450.000,00 | 0,00 | 143.800,00 | 208.017,93 | 98.182,07 |
| 2003 - Manutenção da Administração Geral |
|  | 810.000,00 | 86.463,89 | 40.000,00 | 791.674,38 | 64.789,51 |
| 2004 - Contribuição a Entidades Municipalistas |
|  | 140.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 114.872,00 | 128,00 |
| 2005 - Manutenção do Departamento da Fazenda |
|  | 580.000,00 | 0,00 | 0,00 | 529.565,32 | 50.434,68 |
| 2006 - Serviços de Segurança Pública |
|  | 56.700,00 | 30.040,66 | 1.500,00 | 60.224,34 | 25.016,32 |
| 2009 - Manutenção do Setor de Esportes |
|  | 120.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 114.931,07 | 5.068,93 |
| 2010 - Manutenção de Praças/Quadra de Esportes |
|  | 242.557,50 | 81.809,16 | 140.000,00 | 131.856,16 | 52.510,50 |
| 2011 - Manutenção da Cultura em Geral |
|  | 200.000,00 | 0,00 | 34.000,00 | 133.657,05 | 32.342,95 |
| 2013 - Manutenção do Órgão Central de Educação |
|  | 325.000,00 | 123.075,00 | 128.075,00 | 278.994,67 | 41.005,33 |
| 2014 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar |
|  | 65.300,00 | 25.140,25 | 0,00 | 82.780,09 | 7.660,16 |
| 2015 - Manutenção da Creche |
|  | 375.000,00 | 396.509,78 | 35.009,78 | 652.818,12 | 83.681,88 |
| 2016 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB |
|  | 1.369.000,00 | 481.552,16 | 363.000,00 | 1.271.787,01 | 215.765,15 |
| 2017 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental |
|  | 565.995,50 | 271.737,92 | 110.000,00 | 615.750,95 | 111.982,47 |
| 2019 - Manutenção do Pré-Escolar |
|  | 142.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 112.869,55 | 49.130,45 |
| 2020 - Apoio ao Ensino Especial |
|  | 31.000,00 | 0,00 | 21.000,00 | 7.878,94 | 2.121,06 |
| 2021 - Apoio ao Ensino Médio |
|  | 72.000,00 | 0,00 | 14.240,00 | 56.563,67 | 1.196,33 |
| 2024 - Manutenção do Transp.Escolar - Pré-Escolar |
|  | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.578,00 | 1.422,00 |
| 2026 - Apoio ao serviço de proteção Social PSE/MSE |
|  | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| 2029 - Atendimento a Criança e ao Adolescente |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.406,15 | 11.593,85 |
| 2030 - Manutenção do Conselho Tutelar |
|  | 110.000,00 | 0,00 | 0,00 | 79.811,11 | 30.188,89 |
| 2031 - Manutenção da Assistencia Social |
|  | 705.000,00 | 4.000,00 | 148.000,00 | 395.555,22 | 165.444,78 |
| 2032 - Manutenção do Centro dos Idosos |
|  | 32.000,00 | 7.000,00 | 2.000,00 | 32.071,67 | 4.928,33 |
| 2033 - Manutenção da Rede de Energia Elétrica |
|  | 81.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 72.419,17 | 13.580,83 |
| 2034 - Manutenção do Terminal Rodoviário de Passageiros |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.869,58 | 8.130,42 |
| 2035 - Manutencao do Centro de Eventos |
|  | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 18.652,29 | 11.347,71 |
| 2036 - Manutenção da Infra-Estrutura |
|  | 1.050.000,00 | 413.754,27 | 112.755,87 | 1.274.985,33 | 76.013,07 |
| 2037 - Manutenção da Agricultura |
|  | 1.121.000,00 | 1.752.342,62 | 87.000,00 | 2.439.864,11 | 346.478,51 |
| 2038 - Manutenção do Planejamento Urbano |
|  | 317.000,00 | 153.581,82 | 93.033,88 | 203.331,21 | 174.216,73 |
| 2039 - Manutenção do Sistema de Telefonia |
|  | 8.000,00 | 0,00 | 0,00 | 893,35 | 7.106,65 |
| 2040 - Pagamentos a Inativos |
|  | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 2041 - Manutençao do FMSB - Fundo Munic. de Saneamento Básico |
|  | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 2042 - Contribuição ao Pasep |
|  | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 135.309,63 | 14.690,37 |
| 2043 - Reserva de Contingência |
|  | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| 2044 - Festividades Municipais |
|  | 100.000,00 | 0,00 | 74.000,00 | 23.282,89 | 2.717,11 |
| 2045 - Manutenção do Programa CRAS/PAINF |
|  | 230.700,00 | 255.860,93 | 20.000,00 | 328.082,05 | 138.478,88 |
| 2046 - Profissionalização de Jovens |
|  | 10.000,00 | 22.232,20 | 0,00 | 32.232,20 | 0,00 |
| 2047 - Apoio ao Ensino Superior |
|  | 50.000,00 | 0,00 | 12.725,00 | 37.275,00 | 0,00 |
| 2048 - Manutencao do Fundo Municipal de Defesa Civil |
|  | 30.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 2049 - Constribuição para Consórcios Regionais |
|  | 81.000,00 | 1.810,00 | 1.810,00 | 64.184,82 | 16.815,18 |
| **Total da Unidade** | **10.101.253,00**  | **4.320.476,57**  | **1.731.084,53**  | **10.396.624,12**  | **2.294.020,92**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 02 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SAO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores |
|  | 680.000,00 | 0,00 | 0,00 | 604.003,24 | 75.996,76 |
| 2007 - Manutenção da Câmara de Vereadores Mirim |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.067,90 | 17.932,10 |
| **Total da Unidade** | **700.000,00**  | **0,00**  | **0,00**  | **606.071,14**  | **93.928,86**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2008 - Manutenção da Saúde Pública |
|  | 1.244.197,00 | 995.340,49 | 135.468,00 | 1.920.679,68 | 183.389,81 |
| 2012 - Manutenção do Programa PACS |
|  | 146.000,00 | 34.963,02 | 23.000,00 | 134.389,93 | 23.573,09 |
| 2018 - Manutenção do Programa PSF |
|  | 551.200,00 | 155.958,80 | 103.000,00 | 461.043,88 | 143.114,92 |
| 2022 - Assistência Hospitalar ao Cidadão |
|  | 180.400,00 | 117.237,95 | 0,00 | 168.114,80 | 129.523,15 |
| 2023 - Manutenção do Programa Vigilância Em Saúde |
|  | 39.600,00 | 35.505,80 | 13.200,00 | 26.250,65 | 35.655,15 |
| 2025 - Contribuicao para Consorcios Regionais - Saude |
|  | 420.000,00 | 203.955,36 | 61.975,36 | 545.161,82 | 16.818,18 |
| 2027 - Manutenção Programa Sorrir |
|  | 205.200,00 | 151.612,62 | 25.000,00 | 269.174,10 | 62.638,52 |
| 2028 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão |
|  | 168.400,00 | 71.986,29 | 30.000,00 | 187.034,52 | 23.351,77 |
| **Total da Unidade** | **2.954.997,00**  | **1.766.560,33**  | **391.643,36**  | **3.711.849,38**  | **618.064,59**  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total Geral**  | **13.756.250,00**  | **6.087.036,90**  | **2.122.727,89**  | **14.714.544,64**  | **3.006.014,37**  |